



ESTATUTO DO DESARMAMENTO

1ª edição

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Estatuto do Desarmamento

1ª edição

SUMÁRIO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Evolução legislativa
2. Objeto jurídico
3. Objetos materiais
4. Lei penal incompleta – norma penal em branco heterogênea
5. Sujeitos dos crimes
6. Ação penal
7. Crimes de perigo abstrato
 - 7.1 A questão da [in]constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato
 - 7.2.1 Arma desmuniada
 - 7.2.2 Arma desmontada ou estragada
 - 7.2.3 Posse de pequena quantidade de munição
8. Classificação dos crimes quanto ao momento consumativo
9. Competência
10. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
12. Excludentes de ilicitude e os crimes do Estatuto do Desarmamento
13. Classificação jurídica dos crimes

Capítulo II - CRIMES EM ESPÉCIE

Seção I - Posse irregular de arma de uso permitido

1. Objeto jurídico
2. Objetos materiais
3. Sujeito ativo
4. Tipo objetivo
5. Elemento subjetivo
6. Consumação
7. Tentativa
8. Incidência da Lei 9.099/95
9. Prisão em flagrante
10. Benefícios penais
11. Acordo de não-persecução penal
12. Classificação jurídica

Seção II - Omissão de cautela

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objeto material
4. Sujeitos da infração
5. Tipo objetivo
 - 5.1 Tipo básico – Omissão de cautela (“caput”)
 - 5.2 Tipo equiparado – Omissão de comunicação (parágrafo único)
6. Elementos normativo e subjetivo
7. Consumação
8. Tentativa
9. Incidência da Lei 9.099/95
10. Classificação jurídica

Seção III - Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

1. Objeto jurídico
2. Objetos materiais
3. Sujeito ativo
4. Tipo objetivo
5. Elemento subjetivo
6. Consumação
7. Tentativa
8. Afastamento da Lei 9.099/95
9. Inafiançabilidade declarada inconstitucional
10. Prisão em flagrante
11. Classificação jurídica

Seção IV - Disparo de arma de fogo ou acionamento de munição

1. Evolução legislativa
2. Objeto jurídico
3. Objetos materiais
4. Sujeito ativo
5. Tipo objetivo
6. Elemento subjetivo
7. Consumação
8. Tentativa
9. Afastamento da Lei 9.099/95
10. Inafiançabilidade declarada inconstitucional
11. Prisão em flagrante
12. Classificação jurídica

Seção V - Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Subseção I - Disposições gerais

1. Modalidades típicas
2. Objeto jurídico
3. Objetos materiais
4. Sujeito ativo
5. Elemento subjetivo
6. Consumação e tentativa
7. Afastamento da Lei 9.099/95
8. Vedação à liberdade provisória
9. A questão da hediondez

Subseção II - Tipo básico

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Posse irregular e porte ilegal no mesmo tipo
4. Diferença entre posse irregular e porte ilegal
5. Elementos normativos do tipo
6. Consumação
7. Tentativa
8. Classificação jurídica

Subseção III - Tipos equiparados

Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Bem jurídico indireto
4. Posse ou o porte da arma “alterada”
5. Crime não-transeunte
6. Classificação jurídica

Modificação das características da arma de fogo

1. Conduta nuclear
2. Elemento subjetivo especial
3. Bem jurídico indireto
4. Classificação do crime quanto ao resultado naturalístico
5. Objeto material
6. Especialidade do tipo
7. Concurso de crimes
8. Classificação jurídica

Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Concurso de crimes
4. Classificação jurídica

marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Distinção das figuras dos incisos I e IV
4. Classificação da arma de fogo
5. Posse ou o porte da arma “alterada” pelo mesmo agente
6. Não caracterização de crime hediondo
7. Classificação jurídica

acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Sujeito passivo
4. Conhecimento da condição do sujeito passivo
5. Ausência da exigência de habitualidade
6. Conflito aparente com o ECA
7. Classificação jurídica

Produção, recarga, reciclagem e adulteração de munição ou explosivo

1. Condutas nucleares
2. Tipo misto alternativo
3. Configuração
4. Crime não-transeunte
5. Classificação jurídica

Subseção IV - Tipo qualificado

1. Evolução legislativa
2. Razão de ser da alteração legislativa
3. Reflexos penais
4. Objeto material

Seção VI - Comércio ilegal de arma de fogo

1. Evolução legislativa
2. Objeto jurídico
3. Objetos materiais
4. Sujeito ativo

5. Tipo objetivo

5.1 Tipo básico – Comércio ilegal (“caput”)

5.2 Tipo derivado – Venda ou entrega a agente policial disfarçado (§2)

6. Elemento subjetivo

7. Consumação

8. Tentativa

9. Afastamento da Lei 9.099/95

10. Afastamento do acordo de não-persecução penal

11. Crime hediondo

12. Vedação à liberdade provisória

13. Prisão em flagrante

14. Classificação jurídica

Seção VII - Tráfico internacional de arma de fogo

1. Evolução legislativa

2. Fundamento convencional

3. Objeto jurídico

4. Objetos materiais

5. Sujeito ativo

6. Tipo objetivo

6.1 Tipo básico – Tráfico internacional (“caput”)

7. Elemento subjetivo

8. Consumação

9. Tentativa

10. Afastamento da Lei 9.099/95

11. Afastamento do acordo de não-persecução penal

12. Crime hediondo

13. Vedação à liberdade provisória

14. Prisão em flagrante

15. Competência

16. Classificação jurídica

Capítulo III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I - Causas de aumento de pena

1. Natureza jurídica

2. Majorante do art. 19

3. Majorante do art. 20

4. Majorante do art. 21-A

4.1 Origem legislativa

- 4.2 Âmbito de incidência
- 4.3 Hipóteses de incidência
- 4.4 Quantum de aumento
- 4.5 Natureza jurídica e irretroatividade
- 4.7 Relação com o acordo de não-persecução penal

Seção II - Vedação à liberdade provisória

- 1. A declaração de inconstitucionalidade pelo STF
- 2. A vedação legal remanescente — art. 310, §2º, CPP
- 3. A lacuna normativa em relação à arma de uso proibido
- 4. Crimes hediondos e a inafiançabilidade